

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA UFRGS: A VISITA GUIADA TEATRALIZADA

HERITAGE EDUCATION ACTIONS AT UFRGS: A THEATRICAL GUIDED TOUR

Me. Diego Speggorin Devincenzi*

Resumo:

Este artigo tem como pretensão apresentar um projeto voltado à educação patrimonial desenvolvido no Setor de Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), qual seja, a Visita Guiada Teatralizada (VGT), atividade criada em 2012. Trata-se de um espetáculo realizado por estudantes do ensino superior que representam figuras marcantes da Universidade, com a pretensão de criar um ambiente em que o conhecimento se misture com a emoção, reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio cultural universitário.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial; Identidade; Memória; Teatro; UFRGS;

Abstract:

This article intends to present a project aimed at heritage education developed in the Historic Heritage Sector of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), namely, Guided dramatized (VGT), activity created in 2012. It is of a show performed by students in higher education representing striking figures of the University, with the intention of creating an environment where knowledge blends with emotion, strengthening a sense of community belonging in relation to the university cultural heritage.

Keywords: Theatre; HeritageEducation; UFRGS; Memory, Identity

Introdução

A área do patrimônio cultural passou por um por um processo de maior valorização a partir da década de 1990 nos países ocidentais. Hartog (2006, p. 265) chamou este processo de “patrimonialização galopante dos anos 90”.

No Brasil, este processo está associado à criação de marcos legais como a Lei nº 8.313/91 no âmbito nacional - conhecida como “Lei Rouanet” – e no âmbito regional a Lei nº 10.846/96 – Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (LIC).

Sobre o mecanismo de funcionamento da primeira, trata-se de um dispositivo pelo qual é possível um abatimento de 100% do valor incentivado até o limite de 4% do imposto

* Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); Doutorando em História; Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); E-mail: diegodevince@yahoo.com.br

de renda (IR) devido por pessoas jurídicas e 6% por pessoas físicas. O investidor deve depositar o valor desejado para o patrocínio na conta bancária do projeto (aberta e supervisionada pelo MinC) e, após o depósito, a entidade ou pessoa que propôs o projeto irá emitir um recibo e enviar ao patrocinador, sendo que este servirá como comprovante para que a renúncia fiscal se efetue. O ressarcimento do patrocínio feito virá no ano seguinte, na forma de restituição ou abatendo do valor do IR a pagar. Acerca da LIC, quem incentiva são pessoas jurídicas, que devem ser contribuintes do ICMS-RS e não podem ter aderido ao Simples Nacional (regime tributário simplificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006), além de estarem em situação de regularidade junto à SEFAZ, conforme legislação própria. É possível um abatimento de 100% do valor patrocinado.

Esses dispositivos visam promover, proteger e valorizar as expressões culturais nacionais, buscando conservar o patrimônio histórico e artístico no país por meio do estímulo à difusão da cultura brasileira e da diversidade regional e etnocultural. Nesse processo, asseguram benefícios às empresas e pessoas que aplicarem uma parte do imposto de renda em ações culturais.

Inserida nesse panorama e cumprindo sua função sociocultural e educativa, a UFRGS criou o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural (PRPHC) em 1999, que possui como missão preservar o uso do conjunto das edificações que constituíram, no final do século XIX e no início do século XX, as sedes dos primeiros cursos que originaram a instituição. Esses edifícios são testemunhos das transformações vividas pela instituição e pela cidade de Porto Alegre, mas estavam deteriorados devido às ações climáticas e ao seu uso contínuo ao longo do tempo. A ação de preservação do PRPHC se dá, fundamentalmente, através de propostas de restauro nesse conjunto edificado, que depois passavam a receber ações de manutenção periódicas, visando manter a sua integridade.

O restauro é o conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação, em relação a sua concepção original, ou de intervenções significativas na sua história. Tal ação deve ser baseada em análises e levantamentos arquitetônicos, artísticos e históricos que auxiliem nessa execução. Desse modo, diferencia-se da reforma, que não é necessariamente uma intervenção de especialistas em restauração, mas sim visa à transformação do objeto, adequando-o às necessidades contemporâneas. Já a manutenção é a gama de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento e uso a

edificação. São exemplos as limpezas diárias ou periódicas, as pinturas, as imunizações, a reposição de telhas danificadas, a inspeção nos sistemas hidrosanitário e elétrico, entre outros. (IEPHA, 2014, p. 3).

O Projeto foi elaborado contemplando duas lógicas de integração desses prédios à comunidade: a primeira, contribuir na resolução de parte das carências de espaço físico que a Universidade enfrenta em razão da sua constante ampliação. A segunda, a preservação desses prédios de importante significado cultural, devolvendo-os à sociedade para contribuir na missão de produção e de difusão de conhecimentos, sujeitos, identidades e valores que a instituição promove.

Aprovado no ano de sua criação pelo Ministério da Cultura (MinC), o Projeto utiliza a captação de recursos via a Lei nº 8.313\1991 para a restauração dos prédios históricos do conjunto arquitetônico do Campus Centro e do prédio da Faculdade de Agronomia, situado no Campus do Vale. Segundo especialistas de áreas como arquitetura, urbanismo e história, tais edificações compõem um dos mais antigos e expressivos conjuntos arquitetônicos construídos no Brasil com finalidade de servir à educação superior.

A criação da Secretaria do Patrimônio Histórico, no ano de 2000, buscou aperfeiçoar a gestão e a execução do Projeto, por meio de estudos e trabalhos interdisciplinares, realizados por equipes reunindo professores, técnico-administrativos, estudantes e outros profissionais. Em outubro de 2012, a Secretaria passou a ser denominada Setor de Patrimônio Histórico (SPH), permanecendo com seu objetivo primordial de congregar e de coordenar, por meio do Projeto, as intervenções nos prédios históricos da UFRGS (SETOR DE PATRIMÔNIO...).

O Setor, assim como os órgãos que o antecederam, tem como inspiração de trabalho as chamadas Cartas Patrimoniais, documentos que traduzem políticas de preservação do patrimônio desenvolvidas por órgãos de preservação que referenciam os valores da área, congregando assim aspectos socioculturais. Tais cartas foram produzidas em diferentes momentos ao longo do século XX. Em especial, o SPH conecta-se com a chamada Carta de Veneza, resultado de um Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na cidade que intitula a declaração em 1964. Essa fonte permanece até hoje como uma importante referência para os restauradores. Entre seus pontos essenciais, há a extensão da ideia de monumento histórico também a ambientes urbanos e rurais; ampliou-se a noção de patrimônio não só aos monumentos maiores, às criações “grandiosas” e isoladas,

mas também ao seu entorno e às obras não monumentais que, com o decorrer da história, assumiram significado cultural; constatou-se que a restauração é multidisciplinar, unindo diversos ramos de conhecimento nesse processo (CARTA..., 1964).

O SPH desenvolve ações educativas para sensibilização das comunidades interna e externa à Universidade quanto à importância do restauro, da conservação e da manutenção de seus prédios históricos, buscando conectar o patrimônio edificado com a vida das pessoas. Desse modo, a área de educação patrimonial do setor é um eixo estratégico importante para cumprir esses objetivos.

Processos de Educação Patrimonial no Setor de Patrimônio Histórico

O movimento de valorização do patrimônio acabou também incentivando um crescimento das propostas de ações educacionais com foco nessa temática, que vem sendo problematizada no Brasil de forma mais intensa a partir da década de 1980. Segundo a definição clássica de Horta (1999, p. 6), a educação patrimonial

trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Ainda, com as experiências e o contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, entende-se que a educação patrimonial deve levar as crianças e adultos a uma experiência ativa de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos saberes, num processo contínuo de criação cultural.

Seguindo esses preceitos, o programa de educação patrimonial do SPH é um processo constante de ensino e aprendizagem que tem como foco o patrimônio. Assim, tais ações visam fundamentalmente à difusão, à valorização e à preservação do patrimônio cultural da Universidade.

Como também afirma Rangel (2002, p. 16), trata-se de

promover, a partir do meio, sobre o meio e para o meio, a percepção da importância de preservar nosso patrimônio cultural, buscando a apropriação dos bens culturais por parte da sociedade brasileira, co-gestora, fruidora e

principal destinatária desses bens, e a sua participação direta e efetiva nas ações de proteção de nossos bens culturais.

Assim, esse programa de educação patrimonial também é uma ação que busca a afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a se apropriar e a usufruir dos bens e valores que o constituem.

A metodologia específica da educação para o patrimônio pode ser aplicada a qualquer indício material ou de manifestação da cultura, sejam monumentos, sítios arqueológicos, paisagens naturais, atos folclóricos, produções industriais e artesanais, saberes populares ou qualquer outra expressão entre o homem e o seu meio (GARAEIS, apud HORTA, 2005, p. 30). Além disso, esses processos podem ser promovidos por instituições educacionais, culturais ou mesmo grupos organizados da sociedade civil. Todas essas possibilidades acabam por ressaltar o quanto esse trabalho pode ser democrático, participativo e voltado para atender a interesses sócio-culturais.

E qual é o objeto sobre o qual se debruçam as ações de educação para o patrimônio no SPH? Para responder a essa questão, é necessário discorrer sobre a trajetória da Universidade, com enfoque no seu conjunto edificado.

A UFRGS tem como gênese a Universidade de Porto Alegre (UPA), criada em 1934, a partir de escolas e faculdades autônomas. Muitas delas surgiram em finais do século XIX e eram geridas por particulares, tornando-se posteriormente subvencionadas pelo poder público (PESAVENTO, 2004, p. 18-51).

Nesse contexto, no período compreendido entre os anos 1898 e 1928, foram construídas 12 edificações que abrigaram faculdades e institutos técnicos, formando o conjunto que hoje se denomina de Primeira Geração de Prédios Históricos. Esses estão situados nas áreas que contemporaneamente são conhecidas como Campus Centro e Campus do Vale e se constituem em: Prédio Centenário da Escola de Engenharia, *Château* (atual Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico), Castelinho (atual Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação), Observatório Astronômico, Faculdade de Direito, Instituto Parobé, Instituto Eletrotécnico, Antigo Prédio da Faculdade de Medicina (abrigando atualmente o Instituto de Ciências Básicas da Saúde), Rádio da Universidade, Museu da UFRGS (antes Laboratório de Resistência de Materiais da Escola de Engenharia), Antigo Prédio do Instituto

de Química Industrial e Faculdade de Agronomia (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO..., 2004).

Esse conjunto de bens edificados é inspirado nos estilos Eclético e *Art Nouveau*. O Eclétismo considera-se como o uso livre de elementos de vários estilos arquitetônicos em uma mesma obra, cujo auge foi alcançado na segunda metade do século XIX. O Prédio Centenário da Escola de Engenharia e o Instituto Parobé configuram-se pelo eclétismo voltado ao classicismo, enquanto o Antigo Prédio da Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, um eclétismo com maior predominância do neobarroco, enquanto outros possuem manifestações ecléticas variadas (SCHAFFER, 2011, p. 21-25). Sobre o *Art Nouveau*, os elementos representativos em suas estruturas são as linhas onduladas, motivos animais e vegetais, riqueza ornamental, estruturas rebuscadas de metal em gradis e escadas, janelas e vitrais que buscam a transparência e o brilho (BARILLI, 1991, p. 9-15). Inserem-se nessa tendência os prédios do Castelinho, do Observatório Astronômico e do *Château*. Com exceção daquele em que está a Faculdade de Agronomia, esses prédios localizam-se no Campus Centro, região formada por dois quarteirões de área construída no Bairro Farroupilha da capital rio-grandense.

Os doze prédios citados como constituintes da Primeira Geração têm seu reconhecimento assegurado pela Lei nº 11.525/2000, que os declara integrantes do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Dois deles – o da Faculdade de Direito e o do Observatório Astronômico – tiveram seu valor nacional reconhecido pelo Processo de Tombamento nº 1.438-T-98 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Compreende-se que as significações do espaço urbano e do arquitetônico refletem, em suas formas, o conjunto de elementos de determinada cultura capazes de proporcionar referências e valores para seus cidadãos. Nesse sentido, acabam por representar a memória e a identidade de uma sociedade. Mas no que se traduzem esses dois conceitos?

Le Goff (2003, p. 419) afirma que o conceito de memória nos remete, em primeiro lugar, a um fenômeno individual e psicológico, que possibilitaria ao homem a atualização de impressões ou informações passadas. A priori, parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo. Contudo, Halbwachs aponta que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno social, ou seja, como uma manifestação construída

coletivamente e submetido a mudanças constantes (POLLAK, apud HALBWACHS, 1992, p. 201). Pois, as lembranças podem ser construídas ao se entrar em contato com aquelas de outras pessoas sobre pontos comuns em nossas vidas e assim acabamos por expandir nossa percepção do passado. Dessa forma, a vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória pessoal. Além disso, o suporte que apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva “oficial”, ou seja, pela memória histórica construída e difundida através de grupos e instituições, embora essa também esteja sujeita a diversos conflitos sobre seu conteúdo e quem tem o poder de disseminá-la (HALBWACHS, 2004, p. 57-59).

Pollak (1992, p. 201-202), afirma que os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, passam, primeiro, pelos acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, pelos acontecimentos que ele chama de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. O autor também afirma que, além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui se pode discorrer sobre personagens encontradas no decorrer da vida, ou daquelas rememoradas indiretamente, mas que se transformaram em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.

Pelo que foi apresentado, reforça-se a visão de que a memória individual é, indissociavelmente, sempre uma memória coletiva e, não menos importante, um fenômeno socialmente construído. Além disso, é possível entendê-la como um processo sócio-histórico de expressões, de narrativas, de acontecimentos marcantes, de coisas vividas.

Sobre o conceito de identidade social, para Pollak (1992, p. 204)

é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.

Mas qual seria a relação entre identidade e memória? O mesmo autor assinala que a memória é essencial na percepção de si e dos outros. Ela acaba por ser resultado de um

trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade. (POLLAK, 1992, p. 204).

A memória acaba por estabelecer um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Essa conexão, que se torna afetiva, possibilita que essa população passe a se enxergar como “sujeitos da história”, atuando em sua realidade social. E “a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”. Desse modo, a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo da “construção do ethos cultural e de sua cidadania”. (ORÍÁ, 1997, p. 138-139). E assim, ao se entender o patrimônio como algo que recebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos às gerações futuras, estamos admitindo que esse é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos e a grupos, sentimento que acaba por assegurar uma identidade comum.

Segundo Meneses (1984, p. 33), a memória, como suporte fundamental da identidade, constitui-se em “mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”. Nesse contexto, entendemos porque a memória é importante na construção da identidade cultural. Como coloca Oriá (1997, p. 139),

é a memória dos habitantes que faz com eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que a acompanha.

Ainda, segundo o autor, isso explicaria, em parte, as depredações e violações no patrimônio histórico por parte da própria comunidade. Ela não se reconheceria em ícones, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação do Estado, não se identificaria com um passado e com uma memória que não lhe traria significados. Assim, ela não se sentiria responsável pela preservação de seus bens culturais (ORÍÁ, 1997, p. 138).

Apropriando-se dos conceitos apontados, entendemos que o conjunto de patrimônio material da UFRGS promove esse sentimento de identidade e pertencimento. Ao longo do

tempo, pessoas construíram suas trajetórias de vida, como servidores e como estudantes. Teceram seus laços de amizade, construíram suas carreiras, vivenciaram suas histórias. E a partir do momento que tais indivíduos sentem-se pertencidos e identificados com esse patrimônio, acabam por preservá-lo. Dessa forma, nos conhecemos e no reconhecemos por meio dessas percepções e lembranças, dos registros que fazemos de eventos passados, de objetos e coisas que nos são importantes, que nos identificam socialmente. Portanto, preservar bens culturais, ativa a nossa memória e, conseqüentemente, molda a nossa identidade.

Assim, o SPH não preserva o patrimônio edificado da Universidade apenas pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico. Eles são preservados porque têm significado para a comunidade que os rodeia. Essa preservação contribui para a construção das identidades culturais e da cidadania das pessoas que convivem nesse espaço.

Dentre as atividades do programa de educação patrimonial do SPH, está a Visita Guiada Teatralizada. Esse exercício cultural objetiva a construção uma prática pedagógica que fomente atitudes de valorização do patrimônio cultural da UFRGS. Assim, pode ser considerada como um elemento importante para memória e o auto-reconhecimento de variados grupos sociais.

Essa é uma das ambições da VGT, uma ação de conexão entre a Universidade e as pessoas, apresentada de modo divertido, que possa fomentar esse sentimento de pertença e reconhecimento. Assim a comunidade tem condições de compreender a história da Universidade, como seu espaço foi produzido pelos homens através dos tempos, e qual é o seu valor cultural, social e afetivo para os mais diversos grupos.

Visita Guiada Teatralizada

A Visita Guiada Teatralizada foi criada em 2012 pelo núcleo de servidores do Setor de Patrimônio Histórico. Trata-se de um espetáculo encenado por alunos do Curso de Teatro do Instituto de Artes, que representam personagens reais e fictícios da Universidade. Valendo-se do elemento lúdico, os atores apresentam informações sobre o conjunto edificado da UFRGS.

A Visita tem duração de cerca de uma hora, percorrendo os espaços do Campus Centro, em seus dois quarteirões. A caminhada é feita a pé.

Em relação à divulgação da atividade, é desenvolvido um plano de ação composto de peças gráficas e textos pelo núcleo de comunicação do Setor. Posteriormente, o material é inserido em canais de comunicação os quais o SPH participa, como redes sociais, newsletter e o site institucional, almejando assim alcançar o maior público possível. Além disso, a VGT já foi tema de reportagens de emissoras locais e da própria TV UFRGS, o que contribui para uma maior visibilidade desse projeto teatral.

Efetuei uma pesquisa sobre a utilização do teatro em educação patrimonial e cheguei a um projeto que trabalha essa proposta junto a comunidades. Trata-se de Stutz (2015). Contudo, ao longo de uma análise quantitativa, tendo como fonte as bases de dados de diversas universidades do país, a proposta de utilizar o teatro como uma ação de educação patrimonial é escassa ou, no mínimo, pouco documentada.

O público alvo da Visita é amplo, indo desde os estudantes do ensino fundamental até membros da comunidade acadêmica, como servidores (técnicos e professores), além de alunos e ex-alunos. Em relação às escolas, estabelecemos como faixa mínima de estudo crianças a partir do 8º ano, que julgamos poderem estabelecer conexões com os conceitos, por exemplo, de “Universidade”, “cursos,” “profissões”. É um desafio trabalhar com essa variação de participantes, ao mesmo tempo em que são criadas interessantes e diferentes visões a respeito da Universidade, do patrimônio e da própria cidade de Porto Alegre.

A receptividade das pessoas tem sido excelente. Desde 2012, o primeiro ano que a Visita foi efetuada, esses núcleos educacionais voltaram nos anos seguintes, com novas turmas. É importante também frisar que a maioria das escolas recebidas até agora são instituições públicas de ensino, muitas vezes carentes de acesso à cultura. Desse modo, a VGT também deseja preencher tal lacuna.

Sobre os cursos universitários recebidos pela visita, até o momento foram os de Design, de Arquitetura de História e de Museologia. Acreditamos que a presença de estudantes dessas áreas é, além de gratificante, importante academicamente, pois tais alunos podem, a partir da troca de conhecimentos realizada na atividade, obterem contribuições para futuros trabalhos das suas áreas de atuação, como patrimônio, arquitetura, memória e cultura em geral. Inclusive, a partir dessa relação que se estabelece, esperamos que esses jovens, sejam do ensino fundamental ou superior, tornem-se, a partir dessa interação, futuros agentes em defesa da preservação do patrimônio.

Inclui-se na atividade um questionário de avaliação sobre o evento, constando os seguintes elementos: divulgação, processo de inscrição, organização e duração, para serem classificados em “ótimo, bom, regular, ruim”, além de um espaço para críticas ou sugestões. Até o momento, em um total de 24 grupos atendidos, as avaliações de ótimo ou bom correspondem a cerca de 80% do conjunto total dos itens. Cremos que é extremamente importante o retorno das escolas sobre o andamento da VGT para que a proposta seja sempre aperfeiçoada.

Está na pauta a ampliação do projeto para que nas escolas seja feito um trabalho mais intensivo a respeito da história da Universidade, integrado nas disciplinas de história e geografia em especial.

Sobre a frequência das apresentações, planejam-se no mínimo oito sessões da VGT por ano. Trabalhamos com a possibilidade de expansão dessa meta em momentos posteriores.

Em relação ao planejamento e composição da Visita Guiada, foi executada inicialmente uma consultoria com professores do Instituto de Artes da UFRGS para buscar um conceito de teatralização a ser implementado, sacramentando-se o do “teatro de rua”. Esse é caracterizado como uma dramatização que se produz em locais exteriores às construções tradicionais: rua, praça, mercado, metrô, universidade, etc. (PAVIS, 1999, p. 385). Trata-se de uma forma teatral que possui suas origens na antiguidade, no espaço aberto da Grécia Antiga, que colocou em cena os problemas da *polis* e dos cidadãos. Entre as motivações para se optar por essa modalidade, nos tempos atuais, está a tentativa de levá-lo às pessoas que não tem acesso ao fazer teatral convencional. Haddad fala que ao fazer teatro na rua, descobriu uma possibilidade nova de público, a plateia heterogênea (A GARGALHADA, 2009, p. 7). As pessoas que veem as peças, portanto, são pessoas das mais diversas faixas etárias, classes sociais e mentalidades.

Há também considerações metodológicas importantes para serem comentadas a respeito do tema e das técnicas utilizadas. Existe o papel da *improvisação*, entendida como “técnica do ator que interpreta algo imprevisto, não preparado antecipadamente e “inventado” no calor da ação.” (PAVIS, 2003, p. 205). No século XX, com a profusão de processos de criação cênica que privilegiaram o diálogo entre as funções artísticas de um espetáculo, a improvisação torna-se ferramenta fundamental na construção da cena

contemporânea. Os processos de criação coletiva e/ou colaborativos têm nesse quesito o lugar de experimentação, um laboratório onde se testam os caminhos a seguir.

Igualmente é importante a questão da projeção da voz: nessa modalidade teatral, há diversas barreiras, tanto urbanas (edifícios) como naturais (vegetação) que criam dificuldade para que as pessoas ouçam os atores. Assim, a meta é a de se buscar atingir o limite do alcance vocal. Esse tipo de mecânica leva à valorização da articulação das palavras, promove a elevação da altura da emissão do texto e passa a exigir do ator um outro tempo de enunciação da fala, mais pausado, tempo esse diretamente relacionado ao espaço no qual a cena se insere.

Já a “forma” da personagem, é, em suma, a materialização de uma concepção particular que o ator tem de sua personagem, adquirindo assim na cena teatral uma dimensão “extraordinária”. Essa imagem inclui roupas e maquiagens chamativas, adereços marcantes, expressão corporal intensa, buscando que as pessoas se sintam atraídas, parem e assistam ao espetáculo de rua.

Em outras palavras: o ator deve multidimensionar as ações de sua personagem. E esse conjunto formado através do universo sonoro, visual e físico abre o caminho para que se manifeste a mais ampla liberdade criadora.

O enredo é montado anualmente, a partir da produção de bolsistas do SPH e técnicos, trabalhando com a questão da contextualização histórica, da memória e da cultura da UFRGS. Para isso foram utilizados jornais, livros sobre a história de Porto Alegre e da Universidade, além de documentos, fotografias e relatórios administrativos das diversas unidades universitárias. Também foram utilizadas nessa criação informações advindas de entrevistas junto a pessoas que tiveram suas histórias ligadas à instituição.

Todos esses elementos eram discutidos em reuniões periódicas pela equipe do Setor. Também se pensou na questão da caracterização dos personagens, com croquis, e se procurou obter um conjunto de vestimentas e objetos de uso pessoal que retratem épocas diversas, traduzidas em chapéus, ternos, sapatos, bengalas e vestidos, que até o momento foram recebidos via doação ou compradas em brechós diversos.

Mas no que implica trabalhar o teatro com a Educação Patrimonial? Qual é o objetivo?

A proposta é criar um ambiente em que o conhecimento se misture com a emoção, reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio cultural universitário.

Essa aprendizagem implica em dotar, cada espaço edificado da Universidade, do atributo original da palavra monumento: objeto que faz lembrar. Certamente tal atitude não busca fomentar a ideia de uma instituição voltada ao passado, parada no tempo. Mas sim refletir que toda arquitetura pode ser monumento, na medida em que cristaliza uma memória, encarnando um sentido a ser recuperado.

Além disso, o objetivo da ação foi estabelecer um espaço de narração e interação com o público, demonstrando que a instituição é formada também pelas memórias, pelas pessoas, pelas trajetórias dos indivíduos que a construíram, ao longo do tempo. Apresentar esses percursos, contudo, não é simplesmente narrar a vida dos personagens, mas focá-los no que auxiliam a mostrar o processo de constituição da Universidade, seus hábitos, seus saberes, as formas dos indivíduos transitarem nela. Essas reflexões são conectadas com informações sobre a arquitetura e a história dos prédios ao longo das esquetes.

Ou seja, entendemos a Visita Guiada relacionada ao seu papel de fortalecer laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação quanto tal. Ou seja, como aponta Chuva (2008, p. 31), preservar o patrimônio se constitui na prática cultural de atribuição de valores e significados a objetos e bens que reforçam grupos de identidade.

Desse modo, os atores encenam parte da história das edificações, a formação e o histórico dos servidores da Universidade, lembrados de forma “poética”, como um meio de associar a junção do patrimônio edificado com o patrimônio imaterializado. Assim, consolidou-se a prática para o desenvolvimento de um “teatro patrimonial”, alicerçado na apropriação de espaços que passam a representar significados e emoções. Nessa interface entre bens materializados e imateriais, há a sedimentação da importância do patrimônio para a comunidade, que é, em última instância que irá se apropriar e cuidar dele, criando laços de pertencimento.

A produção do espetáculo também possibilitou a participação comunitária em reflexões relacionadas ao fazer da Universidade. Dessa forma, A Visita Guiada também representa uma ferramenta de intervenção na realidade, consolidando uma prática de inclusão sociocultural relacionada ao usufruto dos bens culturais.

A iniciativa de incluir os estudantes da UFRGS para interpretar a história da própria Universidade também gera impactos diretos na perspectiva de mobilização da comunidade universitária. Ao incluir esses atores, refletindo sobre esse contexto, abre-se um campo diverso de possibilidades de apropriação e de utilização dele. Desse modo, o teatro assume-se como a arte do envolvimento, do compartilhamento de experiências, da arte da coletividade (STUTZ, 2015, p. 7).



Sessão da Visita Guiada Teatralizada realizada em 2013. O local é o Antigo Prédio da Faculdade de Medicina da UFRGS. (Acervo da Área de Pesquisa e Documentação – Setor de Patrimônio Histórico).

Conclusão

Reconhecer uma história comum inscrita no espaço urbano, em uma universidade, como aponta Pesavento (2006, p. 16), é

saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças, lugares, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas

quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada.

Isso implica em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a Universidade como um patrimônio herdado para a nossa e as próximas gerações.

No andamento da VGT, pessoas dão gargalhadas, brincam. Conversam, interagem com os atores. Perguntam sobre os personagens, sobre o que é um restauro, se as suas escolas podem ser restauradas também. Perguntam sobre os cursos da instituição, quais as suas características. Se sentem a vontade para sonhar, para participar da vida acadêmica, participar da Universidade.

A UFRGS possui um conjunto edificado de reconhecido valor histórico e cultural. Mas a questão é de forma isso se conecta com as pessoas. O patrimônio edificado não pode ser uma espécie de torre de cristal a ser admirado, de forma insípida, como se fosse um bibelô que não possa ser tocado. Ele deve ser sim, ser tocado, utilizado, apropriado, e não apenas de modo físico, mas de forma que os indivíduos sintam-se pertencidos e identificados a ele, em uma multiplicidade de sensações.

Assim, podemos afirmar que a VGT trata-se de um “teatro patrimonial”, que pressupõe a crença, segundo Stutz (2015), na “capacidade educativa do teatro, um mecanismo apropriado para envolver a população e modificar a percepção dos moradores diante da urbanidade, permeada de especificidades culturais que vão além da edificação tombada”. Em um processo onde a Universidade torna-se essencialmente uma matriz para o educar patrimonial. Onde a UFRGS é o palco, e a comunidade são os atores que estão à procura de novas possibilidades de significação, em busca da experimentação de espaços que compõem o imaginário coletivo. Desse modo a Visita Guiada Teatralizada promove a ênfase na mudança de percepção do espaço urbano, a partir da valorização do local, entendida como o aumento de probabilidades interpretativas desse microcosmo, e do campo de atuação interdisciplinar atribuído ao patrimônio cultural nestas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

BARILLI, Renato. *Art Nouveau*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Carta de Veneza. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>, acesso em 10/02/2015.

CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN*. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008, p. 27-43.

CRUZ, Rodrigo Díaz. Experiencias de la Identidad. *Revista Internacional de Filosofía Política*, n. 2, 1993, p. 63-74.

Entrevista com Amir Haddad. *A Gargalhada*. Uma Publicação do Buraco d'Oráculo. São Paulo, ano 3, n. 12, jan.-fev. 2009, p. 7.

GARAEIS, Vítor Hugo. Educação patrimonial: práticas alternativas, memórias, identidades e representações. *Textura*. Canoas, n. 11, jan.-jun. 2005, p. 27-36.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul.-dez. 2006, p. 261-273.

IEPHA. *Normas para apresentação de projetos de restauração do patrimônio edificado*. Belo Horizonte: IEPHA, 2014. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/normas-para-apresentacao-de-projeto-de-restauracao-do-patrimonio-edificado-2014-r04.pdf>, acesso em 06/03/2014.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). In: *Osaber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 128-148.

Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm, acesso em 04/02/2015.

Lei nº 10846, de 19 de agosto de 1996. Disponível em: <http://www1.lic.rs.gov.br/Arquivos-Legislacao.asp>, acesso em 05/02/2015.

Lei nº 11.525, de 15 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.525.pdf>, acesso em 12/03/2015.

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm, acesso em 30/04/2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n. 20, 1984, p. 33-36. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7554&pesq=>, acesso em 10/03/2015.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista projetohistória*. São Paulo, v.10, 1993, p. 7-28.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, em um outro tempo. In: LICHT, Flavia Boni; OLIVEIRA, Carmen Regina de. (Orgs.). *UFRGS 70 Anos*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2004. p. 9-73.

_____. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas v. 2, n. 4, Ago.-Dez 2005, p. 9-17.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial. In: Secretaria de Estado da Educação. (Org). *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. p. 15-36.

SCHAFFER, Bárbara. *Porto Alegre, Arquitetura e Estilo*. 1830 a 1930. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). PROPARG, UFRGS. Porto Alegre, 2011.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA UFRGS (Org.). *Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO – SÍTIO INSTITUCIONAL. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/>, acesso em 15/04/2015.

STUTZ, Éverlan. *O teatro como instrumento da educação patrimonial*. p. 1-7. Disponível em:

<http://defender.org.br/artigos/ouro-branco-mg-o-teatro-como-instrumento-da-educacao-patrimonial/?print=pdf>, acesso em 23/04/2015.